

IV Encontro Nacional da Anppas  
4,5 e 6 de junho de 2008  
Brasília - DF – Brasil

---

## **Conflitos Ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores artesanais frente ao processo de implantação do complexo siderúrgico da Companhia Siderúrgica do Atlântico - ThyssenKrupp CSA**

Marina Barbosa Zborowski (UFRJ)  
Mestranda pelo Programa EICOS  
marinabz@gmail.com

Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ)  
Professor adjunto da Faculdade de Educação  
floureiro@openlink.com.br

### **Resumo**

O presente trabalho integra o estudo de caso de dissertação de mestrado e tem o objetivo de analisar a dinâmica conflituosa envolvendo sociedade civil – os pescadores artesanais, em particular - Estado e empreendedores durante o processo de implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (joint-venture da Vale com a ThyssenKrupp Steel), localizado na divisa do distrito de Santa Cruz - pertencente ao município do Rio de Janeiro -, com o município de Itaguaí. Para a análise do conflito, parte-se da premissa de que, nas últimas décadas, a temática ambiental vem sendo progressivamente incorporada na sociedade, mas que, apesar do aparente consenso a respeito da crise ambiental, os problemas ambientais, quando inseridos em sua esfera local, evidenciam uma realidade de desigualdades e conflitos, uma vez que tais problemas não são distribuídos de forma homogênea na sociedade. A partir dessa constatação, o “meio ambiente” é concebido no estudo enquanto objeto de disputa política, dado que é permeado por tradições culturais e correntes ideológicas distintas. Igualmente, a temática da justiça ambiental é colocada em questão como corrente em ascensão no campo ambiental, com potencial de deslegitimar o discurso hegemônico, ao evidenciar a relação entre exposição à degradação ambiental e condição de classe. Além disso, o tema mostra-se relevante no avanço das discussões relativas aos conflitos ambientais e, conseqüentemente, para a democratização dos processos de gestão ambiental e a compreensão política do campo ambiental.

### **Palavras-chave**

Conflitos ambientais, siderurgia, pesca artesanal

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

#### **Um estudo de caso conflituoso no campo ambiental**

Nas últimas quatro décadas, a temática ambiental vem sendo progressivamente incorporada na sociedade como um todo. O processo de democratização do país abriu espaço para discussão pública e para a participação da sociedade civil nos processos de decisão política. A temática ambiental se institucionalizou nas esferas governamentais acompanhada da abertura de espaços participativos para a gestão pública do meio ambiente, que ilustram o caráter essencialmente democrático da política ambiental brasileira, pelo menos em seu sentido formal e legal.

Por outro lado, apesar do aparente consenso a respeito da crise ambiental, ao aproximamos os problemas ambientais em uma inserção local, se evidencia a realidade de desigualdades e conflitos a elas subjacentes, uma vez que tais problemas não são distribuídos de forma homogênea na sociedade. A partir dessa constatação, o “meio ambiente” pode ser concebido enquanto objeto de disputa política, dado que é permeado por tradições culturais e correntes ideológicas distintas.

Entretanto, nota-se que há alguns padrões que podem ser delineados dentro dessa diversidade de disputas. É fato que os grupos entram muitas vezes em conflito em virtude de um choque cultural entre distintas formas de perceber e de se apropriar do meio ambiente. Mas, sobretudo, eles envolvem embates por dominação social e ideológica, isto é, entre forças hegemônicas, detentoras de grande poder econômico e político, e populações periféricas, com pouco poder material, simbólico e organizativo de contestar as forças hegemônicas.

Nessa perspectiva, surgem uma série de questões: Como os atores sociais percebem os riscos sociais e ambientais? Como se dá a dinâmica envolvendo Estado, sociedade civil e empreendedores? Qual o papel ideológico das forças hegemônicas para mascarar os riscos de impacto e para dissolver os embates simbólicos? Como os grupos sociais atingidos conseguem abrir espaço numa agenda pública dos problemas a que estão submetidos? Como a trajetória dos grupos afeta sua motivação para atuar em determinado espaço público?

A crítica ao discurso hegemônico pode ser relacionada a um movimento ambientalista de caráter contra-hegemônico. Nas últimas duas décadas, a aliança dos movimentos populares com o movimento ambientalista tem remanejado o campo de forças políticas ao incorporar a temática do meio ambiente em suas demandas sociais. Questões como saúde, saneamento básico, luta contra o desmatamento, os agrotóxicos, a poluição, entre muitas outras questões têm sido incorporadas como

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

problemas ambientais. Ainda, práticas e estudos participativos têm sido adotados por pesquisadores e militantes sensibilizados com causa ambientalista em seu ideal de transformação e emancipação humana, com o objetivo de empoderar grupos periféricos e com menor poder de intervenção na sociedade.

Por outro lado, simultaneamente, à medida que a temática avança entre os movimentos populares e a corrente radical do movimento ambientalista, os empreendedores, os donos do capital e defensores do discurso neoliberal também se apropriam da crítica a sua atuação e procuram usá-la a seu favor.

Nesta perspectiva, pode-se referir a um campo ambiental a dinâmica entre esse movimento de conservação e transformação da estrutura social. Este campo seria constituído por diferentes indivíduos e grupos sociais com trajetórias, visões de mundo e interesses bastante distintos quanto contraditórios. Tais agentes sociais encontram-se situados em relações de luta e concorrência material e simbólica pela elaboração de 'verdades' a respeito do significado de meio ambiente, buscando com isso a legitimação e universalização de formas socioculturais particulares que determinam como será o acesso, uso e distribuição dos bens ambientais pelos diferentes grupos sociais. Assim, o campo ambiental pode ser visto como uma arena de debate e ação a respeito de questões relacionadas a proteção e ao uso do meio ambiente.

É com base no panorama descrito que o presente trabalho se insere, com o objetivo de analisar por meio de um estudo de caso a dinâmica conflituosa envolvendo particularmente pescadores artesanais e empreendedores durante o processo de implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (joint-venture da Vale com a ThyssenKrupp Steel), localizada na divisa do distrito de Santa Cruz - pertencente ao município do Rio de Janeiro -, com o município de Itaguaí.

### **O conflito ambiental: dos danos sofridos às estratégias de enfrentamento**

A abordagem metodológica assumida no estudo de caso buscou analisar os atores envolvidos, seus interesses e representações do ambiente em que estão imersos, as interações entre eles e as ações que desenvolvem em conjunto, bem como o sentido que dão às suas próprias ações.

Os resultados da pesquisa foram levantados a partir de entrevistas qualitativas com os diversos atores envolvidos no conflito, em uma tentativa de desvendar com o máximo de fidelidade seus papéis na dinâmica conflituosa. As entrevistas foram conduzidas por meio de um roteiro com

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

perguntas previamente formuladas, porém de forma semi-estruturada, garantindo que entrevistado pudesse comentar outros aspectos que lhe pareciam relevantes. Todas foram gravadas. Foram feitas o total de 5 entrevistas, envolvendo 4 atores locais – 1 barqueiro e 3 pescadores - e um ambientalista envolvido na causa, todos mantidos em anonimato. Também houve levantamento documental de notícias da imprensa, como forma de identificar o encaminhamento temporal do conflito e o grau de visibilidade do mesmo na sociedade.

A análise de documentos envolvendo as obrigações legais da empresa perante o processo de licenciamento, tais como estudos e relatórios de impacto ambiental e análise de conteúdo das Audiências Públicas foram contemplados. Igualmente analisados, foram documentos legitimadores do conflito na esfera jurídica como ações civis e inquéritos junto ao Ministério Público (MP), documentos técnicos do Grupo Técnico Especializado do MP (GATE), declarações das entidades envolvidas no conflito, boletins de ocorrência, assim como as ações de fiscalização realizadas pelo poder público durante as obras do referido empreendimento.

### *Considerações sobre região em litígio*

A Baía de Sepetiba localiza-se no sul do Estado do Rio de Janeiro e possui um ambiente rico em manguezais, constituindo um criadouro natural para moluscos, peixes e crustáceos, o que favoreceu o desenvolvimento de atividades pesqueiras tradicionais e a maricultura (TOLENTINO & SOARES, 2004).

Por outro lado, apesar das riquezas naturais e das condições ambientais favoráveis à navegação, a prioridade dada pelas políticas públicas na região não foi o desenvolvimento pesqueiro, por sua riqueza e abundância de vida marinha; ou ao turismo, devido a grande beleza cênica da região, além das diversas praias, ilhas e cachoeiras. Outros critérios foram levados em conta. Protegida pelo cordão arenoso da restinga de Marambaia, possui águas calmas, profundas, além de proteção contra ventos, essas condições favoreceram a implantação do Porto de Sepetiba, no município de Itaguaí, em 1982. As condições favoráveis ao aporte de navios de grande dimensão e a posição estratégica no território brasileiro, uma vez que localiza-se no mais importante entorno geoeconômico do Brasil, onde, num raio de pouco mais de 500 km, estão situadas empresas industriais e comerciais responsáveis pela formação de aproximadamente 70% do PIB brasileiro (PORTOSRIO, s/d. Disponível em: <http://www.portosrio.gov.br/Sepetiba> . Acesso em 06 abr. 2008).

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Além disso, em função do desenvolvimento industrial encadeado principalmente pela implantação do porto voltado a exportação e por causa de infra-estrutura de incentivo, que conta com zonas industriais legalmente delimitados, não é à toa que estudiosos apontam a localidade estudada como 'zona de sacrifício' ou 'paraíso de poluição' (ACSELRAD, 2004). Isto significa que em áreas em que há populações de baixa renda e com menor poder de decisão sobre o próprio território tende a coincidir com áreas cujo valor da terra tende a ser menor, favorecendo a implantação de atividades industriais potencialmente impactantes. Além disso, seguindo o raciocínio de Acselrad, observa-se nestas áreas a conjunção das decisões de localização de instalações ambientalmente danosas com a presença de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para o local investimentos de todo tipo, qualquer que seja seu custo social e ambiental. Estes dois processos denotam, assim, que a assimetria de poder é determinante para uma distribuição espacial desigual dos danos ambientais, produzindo situações de injustiça que se refletem nos índices de saúde, educação, renda e qualidade de vida geralmente precários.

Por outro lado, apesar de não apresentar nenhuma entidade que se nomeie 'ambientalista', pescadores, associações de moradores, trabalhadores rurais e populações tradicionais apresentam um histórico de participação nos conflitos locais enquanto atingidos por empreendimentos de grande envergadura. Além disso, conflitos envolvendo o Porto de Sepetiba e o vazamento de resíduos tóxicos do dique da Injá foram projetados para dimensões extralocais, redimensionando o campo de forças, ou seja, aparecem novos atores no espaço público e os personagens locais passam, por vezes, a atuar em associação com representantes e instituições extralocais (LEITE LOPES, 2004). Algumas dessas mobilizações têm gerado resultados significativos, como o projeto da implantação da Usina Termelétrica de Sepetiba, que não conseguiu se concretizar; o projeto de implantação de um pólo petroquímico, que acabou sendo abandonado por pressão popular; o projeto de construção de um aterro químico na localidade da Fazenda Bonanza; a interdição da Usina Mazomba (idem).

Entretanto, as estratégias políticas e governamentais adotadas têm demonstrado a fé do poder político em voga nos planos de desenvolvimento baseados crescimento da economia, apostando na industrialização intensiva e conseqüente geração de empregos e divisas como a redenção da pobreza no país. No contexto do Estado do RJ, a política tem sido voltada basicamente para a estruturação de pólos regionais especializados, com indústrias que exigem grandes investimentos.

No caso da região da Baía de Sepetiba, as ações têm sido sobre a implantação de indústrias de matéria-prima processada para exportação, em especial o aço. A medida em que região vem se

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

tornando conhecida e legitimando-se como “Pólo Siderúrgico”, outras indústrias do ramo, ou diretamente associadas, vêm almejando a implantação/expansão de suas unidades na localidade: COSIGUA, do Grupo Gerdau, a CSN e Votorantim. As bases para o desenvolvimento da região da baía tem sido o investimento infra-estrutural no Porto de Itaguaí, com a sua modernização e expansão de sua capacidade de carga, assim como investimento em logística, melhorando as rodovias e ferrovias que dão acesso ao porto.

Desta forma, supõe-se que, neste contexto, o “meio ambiente” estaria dentro dos pressupostos do paradigma da adequação ambiental – que rege a ideologia desenvolvimentista e sua faceta dita “sustentável”-, ou seja, os riscos e impactos sobre o meio ambiente seriam passivos de controle técnico-científico. Os problemas ambientais são tratados dentro dessa ideologia sob a corrente do ambientalismo que Martinez-Alier (2002 *apud* FREITAS & PORTO, 2006) denomina como “evangelho da ecoeficiência”, que preconiza a internalização de custos e práticas gerenciais ambientais ditas “limpas”, à lógica do desenvolvimento capitalista, colocando nas mãos das instituições, especialistas e tecnoburocracias a responsabilidade pela implementação de critérios e de políticas que conduziram ao almejado desenvolvimento sustentável.

No entanto, a necessidade de resultados expressivos e rápidos no campo político acabam por pressionar os órgãos ambientais a apressarem o processo de licenciamento, conferindo legitimidade ao “meio ambiente” como entrave à geração de empregos e de divisas, com a arrecadação de impostos.

A aceleração do processo de licenciamento pode ser bastante arriscada, por prezar por análises e estudos científicos feitos às pressas. O problema disso é que enquanto a natureza mantém o mesmo ritmo, resultados de levantamentos e pesquisas que exigem médio e longo ficam ameaçados, tornando a fidedignidade dos estudos questionáveis. A lógica imediatista do mercado, sob o pretexto da urgência da criação de empregos e geração de ‘riquezas’, acaba por colocar em risco a sustentabilidade ambiental, mesmo sob a autoridade dos dados científicos. De acordo com Laschefski (2006) - em artigo sobre a “monoculturação” do espaço, especificamente o espaço rural, no contexto do mercado de carbono, esse processo está inserido em uma concepção de espaço ambiental regido pela ortodoxia desenvolvimentista que pode ser caracterizado como:

um mosaico de paisagens uniformes, cada uma destinada a produção de mercadorias específicas, tais como áreas destinadas para a agroindústria, mineração e produção de energia (hidrelétricas). Os insumos técnicos (agroquímicas, máquinas, entre outros) permitem a produção, até um certo nível, em a necessidade de considerar os ritmos e ciclos da regeneração da natureza. O resultado é a monoculturação" ambiental e social do espaço, com efeitos não sustentáveis.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Tal concepção, no caso da região da Baía de Sepetiba, pode ser vista assim analogamente como parte de um processo de “commoditização” do espaço na região, haja vista o tipo de produção de mercadorias planejado para a localidade. Ainda nesta perspectiva, pode-se afirmar, conseqüentemente, que o panorama acima descrito vai de encontro às diferentes formas de produção do espaço socioambiental, isto é, de formas alternativas a sustentabilidade.

Assim, os conflitos ambientais entram em latência a partir do momento em que tais empreendimentos de grande volume de capital econômico e político se apropriam de territórios onde residem e trabalham grupos sociais com menor poder de decisão. Acobertados pela doxa desenvolvimentista, autorizada pelo Estado - no bojo de um campo político que prima pela reprodução do poder - e pela ciência, o ônus do desenvolvimento passa a ser pago pelas populações oprimidas, residentes de ‘zonas de sacrifício’.

### *Eventos catalisadores do conflito ambiental*

Os eventos catalisadores do conflito podem ser divididos na totalidade de duas etapas. A primeira etapa refere-se ao licenciamento ambiental, quando em tese a implantação do empreendimento na localidade pretendida está em xeque. Nessa etapa os dois principais caminhos até a obtenção do “sinal verde” pelos órgãos ambientais consistem na aprovação do EIA/RIMA da empresa, o qual é avaliado pelos órgãos técnicos competentes, no caso a FEEMA e o IBAMA. A segunda etapa é a vez das Audiências Públicas (AP), definidas como arena em potencial, ambiente propício ao debate com os atores sociais locais, onde valem tanto sugestões e elogios como questionamentos e apontamento de possíveis falhas do projeto do empreendedor. O processo de licenciamento aqui é visto como uma fase em que os atores sociais atingidos adquirem suas primeiras percepções a respeito do empreendimento. É uma etapa em que a “chegada do estranho” é tida como especulativa, quando os atores podem elaborar suas primeiras impressões, uma vez que a sua concretização ainda não é certa.

Já na segunda etapa o empreendimento já vem se consolidando no território, com o início das obras para sua construção. Com isso, as entrevistas com os atores atingidos é a principal base de constatação das mudanças que eles vêm percebendo sobre o seu território. Os riscos e os impactos ambientais percebidos pelos atingidos constitui-se como a base da segunda etapa. No entanto, a mera percepção dos riscos e danos não é necessariamente suficiente para a legitimação de um

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

conflito ambiental. Há necessidade que ele seja visto pela sociedade e pelo poder público como concreto, como real. E é justamente nesse período que a luta simbólica pela legitimação dos problemas ambientais torna-se crucial no jogo de interesses entre as partes em litígio. Portanto, é na segunda etapa que a linha tênue entre poluição e preservação é definida, o que será levado em conta durante a análise do discurso dos atingidos. Assim, o conflito é considerado legitimado quando há objetivação dos danos, que acabam por se transformar em danos ambientais e prejuízos sociais reais, cabendo ao empreendedor a sua reparação e ressarcimento.

#### 1. Conflitos oriundos da “chegada do estranho”:

Os problemas que puderam ser identificados durante a análise do processo de licenciamento colaboram para a exclusão dos grupos sociais no controle das políticas de desenvolvimento sobre o seu território. Estes podem ser descritos como aqueles de ordem político-estruturais:

- Permeados pelo paradigma da adequação ambiental, os empreendimentos são considerados viáveis apenas pelo controle técnico dos padrões de qualidade ambiental instituídos (ou padrões de poluição);

- A autoridade técnica do campo ambiental fomentada pelo paradigma referido tem evidenciado um discurso hermético de difícil compreensão pelo público leigo - o que inclui aqueles que serão afetados pelo empreendimento. Ainda, a autoridade dos “especialistas” tem corroborado para a estruturação de um campo da política ambiental hierarquizado, onde a produção de verdades e legitimidade para opinar sobre os problemas ambientais fica monopolizada a esses mesmos grupos, excluindo do campo outros agentes dotados de menor volume de capital específico do campo;

E como aqueles de ordem político-procedimentais:

- A falta de mecanismos institucionais que congreguem o conhecimento e as demandas dos grupos sociais locais durante o processo de caracterização dos impactos ambientais e sociais para que, antes mesmo das audiências públicas, já tenha sido feito um trabalho de construção crítica das implicações da implantação de empreendimentos;

- Isso nos conduz a crítica a falta de planejamento dos termos de referência e dos estudos de impacto ambiental em conjunto com a população local, no qual propõe-se que elas sejam também parte do corpo de avaliação do empreendimento, com o intuito de desafogar o processo de um corpo técnico detentor do monopólio de avaliação, que se restringe a metodologias instrumentalizadas e distanciadas das peculiaridades locais.

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

- Mau uso do tempo e do debate nas Audiências Públicas, mais uma vez, prioriza a fala de um corpo técnico em uma mesa predominada por consultores contratados pela empresa. Há, como consequência, pouco espaço para a leitura de pareceres técnicos mais críticos ao empreendimento, que fomentem um debate politizado, o que não é observado atualmente. O debate é fomentado por perguntas com dúvidas a serem elucidadas de forma burocrática e com verdades pré-moldadas pelo corpo técnico, descolando-se assim tal processo de todos os aspectos relacionados a esfera política, isto é, aquele que realmente fere os interesses dos grupos.

- Carência de aplicação efetiva de instrumentos durante o processo de GESTÃO ambiental que garantam a expressão dos diferentes olhares sobre o ambiente e que fortaleça a ação coletiva no controle das ações do Estado e dos empreendedores. O processo de reestruturação do IBAMA tem acarretado na indecisão das atribuições do educador ambiental gestor do órgão ocasionando em dificuldades de aplicação de tais instrumentos.

2. Conflitos oriundos da percepção da presença do risco crônico e da ocorrência de acidentes e danos, bem como a sua luta por remediação:

Os impactos ambientais e sociais provenientes da implantação da CSA têm evidenciado, até o momento, o processo de exclusão de atores sociais territorializados. A retórica utilizada pelo empreendimento para sustentar sua concretização enquanto necessária baseia-se na doxa desenvolvimentista, em que uma suposta redenção à pobreza e exclusão se daria pela mera geração de empregos e divisas ao Estado.

Acontece que, ao aproximarmos em uma esfera local, os supostos benefícios disseminados pela ortodoxia encontram divergências com outras formas de apropriação do território. E a partir dessas divergências que tal “mercado de mitigação” dos danos ambientais pode sofrer abalos pelo movimento contraditório de agentes sociais que se inserem na arena ambiental para investir seus capitais em mobilização política e na tentativa de conversão simbólica do senso comum com grandes chances de clamar pela heterodoxia.

É a partir desse contexto que podemos afirmar que os conflitos emergem, pois a entrada de um ator estranho e sem o aval local pode descaracterizar um ambiente historicamente construído, o qual é território de constituição da *identidade dos pescadores artesanais*.

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

A importância de uma identidade comum na luta política se deve ao fato de que é através da identidade que há integração dos agentes sociais, e as diferenças individuais tornam-se menos relevantes do que a vontade de se distinguir para reproduzir suas particularidades identitárias, preenchendo-se um quadro social que materialmente ganha força política. Isso é extremamente favorável nas lutas para reversão de uma situação de exclusão social, onde o estigma social – o que no caso particular dos pescadores é a sua situação de “atingido” - é um dos fatores de integração e de criação de estratégias de enfrentamento.

O objetivo no presente tópico, antes de quaisquer estratégias de ação que se mostrem possíveis frente ao quadro de injustiça, é de apontar algumas contradições observadas através do discurso dos pescadores. A percepção das contradições pelos atores atingidos, mesmo que não totalmente conscientes das forças históricas e políticas que determinam sua posição naquele território, pode ser considerada como uma potencialidade às ações políticas de enfrentamento a serem investidas pelos pescadores e seus aliados contra a intrusão desse novos agentes de grandes volumes de capital.

#### *a. Expansão do espaço das commodities versus diminuição do espaço do pescador*

Uma das observações interessantes encontradas parte da percepção de que o “desenvolvimento” e o crescimento da industrialização da área implica necessariamente na destruição ambiente e na expropriação do pescador do seu ambiente de trabalho:

A cada ano que passa, mais empresas vêm se instalando. Porque uma coisa vai puxando a outra. Se as primeiras que vão se instalando, vão se adequando e não poluindo o meio ambiente, as outras que vão vir por trás, vão fazer a mesma coisa. Então, se aumentar uma quantidade de poluição, a nossa baía vai morrer. Porque a área que eles tão tomando conta agora é uma área de manguezal. Então hoje se perde 4 hectares, amanhã perde mais dois, daqui a pouco perde mais cinco. Aí se aterra mangue pra lá, aterra mangue pra cá, o mangue vai morrendo gradativamente dali e daqui, e os peixes não vão subir o rio porque não tem o manguezal, não tem uma área de estuário para completarem o seu ciclo de vida. Então, a nossa baía vai morrer, porque não vai ter pescado, não vai ter uma área pro peixe fazer desova, e com isso os pescadores, a comunidade que convive em volta da baía vai se extinguir. Então, não é ir contra a situação do crescimento, mas sim o modo que se ta fazendo isso aí. (Pescador X)

Por outro lado, o fato de apontar a contradições não significa necessariamente, e conforme acima explicitado, que haja consciência de que as condições observadas façam parte de todo o processo subjacente a doxa desenvolvimentista. O pescador X limita-se a linguagem dominante e autorizada do campo ambiental, isto é, aquela sustentada no paradigma da adequação ambiental:

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

A nossa preocupação é que a poluição seja controlada, *a gente não é contra o progresso, mas ele não pode dar prejuízo a quem vive dentro da baía e depende dessa baía, tanto de pesca como de turismo*. Então, o que acontece: vai mexer com dragagem, vai mexer com o fundo, vai trazendo tipo, temos várias empresas que trabalham com produtos químicos: é a ThyssenKrupp, é a Ingá, é a Suvinil, é a Basf. Então se você vai mexer com aquele material que tá lá no fundo depositado, quietinho e você vai remexer. Então, com isso, o que vai acontecer, vai aumentar a quantidade de poluição e dispersão, né. Aí começa a ter mortandade de peixe dentre outras coisas, e isso preocupa a gente. Não é que o pescador é contra o progresso, é que nós temos que ter por onde andar. (Pescador X)

Assim, as medidas de controle da poluição limitam o discurso do pescador X, apesar de ter afirmado em outro trecho a perda de espaço do pescador frente a um processo de macro escala. Durante toda a entrevista tal descolamento de processos manteve-se o tempo inteiro. A hipótese para isso talvez seja a própria naturalização da inevitabilidade do processo de industrialização na baía de Sepetiba, uma vez que os poderes que jazem tal processo encontram-se em uma escala intangível ao pescador, restando apenas a ilusão de que é o bastante brigar pelo cumprimento das normas técnicas e restringir suas lutas futuras ao “mercado da mitigação”. Isso quer dizer que quem, na prática, acaba ficando com o ônus do desenvolvimento é de fato o pescador

Aí a obra engrenou, proibiram a gente de pescar no rio - porque a tainha quando entra a gente tem que pescar no rio, que é mais calmo e nossos barcos pequenos -, e as lanchas passavam numa velocidade imensa quase que nos afundando. Teve lanchas que bateram em barquinhos nossos. Eu mesmo quase fui atropelado por uma lancha, abalroado, e nós pensamos que tínhamos que parar aquilo ali, tínhamos que fazer um protesto para eles nos dar assistência, porque até agora ninguém veio até a gente. E nós fizemos um protesto pacífico, com bastantes barcos, descemos com as faixas, com o nome da associação, dos pescadores, que queriam ter um diálogo com a CSA (...) *Eles todos pararam [as obras e o maquinário] e gringo vinha falando que não podia parar, que o prejuízo é do pescador. Falei que nós pescadores é que estávamos tendo prejuízo com eles, que eles estavam ganhando o que era deles, enquanto nós, não. Desde que eles começaram as obras os peixes tinham sumido dali, porque era tanto bate-estaca, aquelas máquinas afundando, grandes rebocadores passando...* (Pescador Z) (grifos meus)

O descolamento do discurso se deve aos próprios mecanismos presentes na doxa desenvolvimentista, no qual os problemas estruturais da doxa são acobertados pela lógica de que é possível conciliar “desenvolvimento econômico” e “meio ambiente”, pressupondo-se uma universalidade dos conceitos a respeito do meio ambiente e das formas de se propor soluções para os problemas advindos da industrialização e do redesenho dos territórios.

Nessa perspectiva, a concepção de administração racional do ambiente passa a ser privilégio de uma autoridade técnica que, especializada no papel de conferir eficiência e rapidez nos processos

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

de abertura de espaço aos apetites econômicos, comunga com o poder hegemônico reclamam a lentidão dos processos de licenciamento ambiental. A falta de questionamento dos pressupostos para a aceleração dos processos do mercado, da exclusão social inerente de tal processo é silenciada pela violência simbólica da autoridade técnica.

#### *b. Imprecisão das regras do campo favorecendo os grupos com maior poder*

Conforme já descrito anteriormente, reitera-se aqui a inércia do Estado na aplicação de multas e ações de fiscalização, concebendo os crimes ambientais acriticamente em relação a quem os comete, a sua finalidade e as intenções subjacentes as ações ditas criminosas, o que evoca percepção de injustiça nos grupos de menor volumes de capital, tais como os pescadores artesanais:

O pescador, ele não pode tirar o mangue, porque é um crime ambiental. Vai preso e o caramba, responde processo. Mas ele precisa que aquilo seja mangue eternamente. Agora, essas firmas que vêm, paga-se essa multa e assim mesmo tira o manguezal, porque faz o aterramento. Então, usa-se dois pesos e duas medidas, porque aquele precisa eternamente do manguezal, esse não pode trabalhar, não pode tirar. Mas uma firma que vem por ter o poder do capital e aterra aquilo tudo, essa pode. Pro pequenininho, cumpre-se a lei, mas pro grande, eles dizem que vai trazer x benefícios, não sei quantos empregos e mais não sei o quê, aí esse pode. (Pescador X)

#### *c. Contradições do discurso científico e de suas certezas*

A certeza tecnológica pregoada pelas autoridades técnica e científica envolvidas no processo de licenciamento ambiental e durante as obras da CSA coadunam-se para minimizar os riscos advindos de muitos processos altamente agressivos ao meio ambiente, tais quais a polêmica dragagem que, embora afirmando-se (mais) segura do que as técnicas da dragagem comum tem causado danos a biota não contemplados nos estudos de impacto, como por exemplo, morte de animais tem se configurado com um problema grave e que os atingidos ainda não conseguiram, até o momento, legitimar na esfera pública. Além disso, acidentes com lesões graves, incluindo mortes de pescadores e de trabalhadores da própria CSA têm se mostrado como uma verdadeira tragédia frente a suposta segurança dos processos de implantação do complexo siderúrgico.

#### *d. Questionamentos a qualidade dos empregos gerados*

A doxa desenvolvimentista prega como uma das necessidades para o “progresso” e a eliminação da pobreza a geração de empregos a população. No caso da CSA, serão gerados 18 mil empregos durante a sua construção reduzindo-se para apenas 3.500 empregos durante sua operação.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Entretanto, não é questionada a qualidade dos mesmos e a durabilidade dos cargos. Assim, a migração abrupta de pessoas de outras regiões, o destino dessas mesmas após a sua demissão em massa – fazendo as contas, serão mais de 15 mil mandados embora! – vira motivo de pouco caso frente aos números exorbitantes do empreendimento. O passivo territorial induzido por esse processo temporário não é discutido. Além disso, no processo de divulgação do enorme contingente de empregos não é acompanhado por um questionamento se os empregos gerados são necessários e realmente desejados pela população. Ainda, a falta de qualificação para o mercado, impede que o pescador tenha acesso a um trabalho que não seja puramente mecânico, onde o trabalho costuma gerar sensação de pouca realização pessoal:

Eles falam que vai gerar X empregos, mais isso, mais aquilo, mas na verdade o que ocorre, o município por não ter mão de obra técnica, a mão de obra mesmo vem toda de fora. Então, benefício assim...Po, 5 mil empregos aí pra quê? Para faxineiro, para pedreiro, para operador de máquina...acabou o serviço, não tem mais trabalho. E o pescador, que é pessoal sem muito estudo, não vai ter trabalho para ninguém. Então, para gente é ruim. Primeiro, porque é mais uma empresa que vem a poluir a baía, e outra porque você perde o seu espaço para trabalhar e também porque se você bota o pessoal para fazer uma prova, o pessoal aí mal tem a 4ª série. (Pescador X)

Outro fator é a própria exclusão do pescador dos postos de trabalho gerados. Além de ter perdido seu espaço para a poluição e as áreas de exclusão gerada, o pescador não foi incluído no mercado de trabalho CSA. Conforme já citado, é comum os pescadores terem outras fontes de renda, em especial durante a época de defeso. Os contratos de serviços mostram-se frágeis e desvantajosos ao pescador, pois segundo a visão deles havia exploração nessa relação, o que torna motivo de desconfiança das reais intenções da CSA:

Ta sendo excluído, ta sendo excluído. Eu acho que ta sendo até mais do que isso, porque como inicialmente eles contratavam pescador e daí a pouco em 2, 3 meses eram mandados embora, eu acho que isso daí já é uma discriminação. Porque se contrataram para fazer o serviço, porque mandaram embora para contratar outro? Tiveram embarcações que saíram sem receber. Eram 35 dias que o cara tinha que ficar, sem ir em casa, dentro do barco lá, para lá e pra cá, e ainda tinham que esperar 15 dias para poder receber. No início teve muita reclamação de amigos, conhecidos pescadores que falavam: “desisto, não vou voltar mais, não. (Pescador Z)

Na Ilha da Madeira mesmo eu perguntava cadê o fulano e respondiam que tinha sido mandado embora porque contratavam por 2 meses, 3 meses só, que mandavam embora e chamavam outro. Sepetiba tinha um montão, Pedra de Guaratiba tinha um montão, mandaram tudo embora. Eu acho que inicialmente eles contrataram como fachada, só pra dizer que tavam apoiando o pescador. Mas nós descobrimos que não. Quer dizer, depois nós descobrimos que eles faziam isso no início, quer dizer, nem agora pescador eles tão contratando mais.(Pescador Z)

Além disso, o mesmo expõe sobre relação que o pescador tem com o trabalho, o que está intrinsecamente relacionado com a constituição de sua identidade, explicitando bem que o fato de

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

somente se gerar empregos não é garantia de satisfação e que, muitas vezes, sair de seu ambiente de trabalho autônomo, implica em uma subordinado aos interesses de grupos com força colossal de determinar a qualidade dos empregos, gerando frustrações a quem conhece outras formas de relação com o trabalho.

Ta abrindo emprego para caramba, a gente ta vendo, mas por outro lado prejudicou o pescador. O pescador não quer saber, entende? Vai lá e sai decepcionado. Tem vários que já foram e saíram decepcionados. Voltar a ser pescador, volta. O pescador não deixa de ser pescador. Vê que ta difícil, vai e trabalha como ajudante de pedreiro, quando não tem peixe, na época da desova, essas coisas todas da proibição, do defeso, ele faz aquele biscatezinho dele lá para não ficar parado, mas acabou o período e ele volta para a pesca de novo, não consegue.” (Pescador Z)

#### *Alianças estabelecidas pelos atingidos e estratégias de enfrentamento*

Enquanto as alianças do poder econômico baseiam-se nos poderes cultural e político, os grupos atingidos criam identidades com três tipos de grupos sociais, em sua luta no campo da política ambiental:

- Os ambientalistas - que inserem novos capitais aos já acumulados, reconfigurando o *habitus* do pescador como também acrescentando confiança no investimento de seus capitais na ascensão no espaço social;
- Advogados – este grupo dá visibilidade ao conflito na esfera pública e serve de porta-voz dos pescadores ao adaptar o discurso dos atingidos a uma linguagem vista pela sociedade como legítima, dado o capital cultural dos advogados.
- O próprio grupo social, isto é, com outros pescadores não necessariamente atingidos, mas que dão maior volume aos capitais durante a luta, aumentando seu capital social e adquirindo visibilidade no campo de luta.

A estratégia dos pescadores, apesar de um processo não necessariamente consciente, seria o de aliar-se com os ambientalistas<sup>1</sup>, conformando em seus capitais um novo aspecto qualitativo que dê legitimidade a se inserirem e permanecerem na luta específica do campo ambiental. Sabendo-se que a causa ambiental vincula-se tacitamente a causa dos pescadores, estes não incorporam a causa ambiental automaticamente na luta por direitos e justiça social:

Eu acho que o ambientalista ele briga pela melhoria do meio ambiente. Se está bom, ele briga para manter aquilo. Se está ruim, ele conhece os estragos, vamos dizer

---

<sup>1</sup> O termo ambientalista nesse caso refere-se a vertente que luta pela questão ambiental sem desvinculá-la aos pressupostos de justiça social, isto é, aqueles ligados ao movimento de justiça ambiental.

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

assim, e ele quer melhorar. Então a importância do ambientalista é manter aquilo bom, e estar beneficiando o pescador. Está trabalhando pelo meio ambiente, para manter a normalidade, está ajudando o pescador. Porque nós precisamos da área ambiental, do meio ambiente, sem poluição. (Pescador Z)

Sabendo-se que o ambientalista possui um acúmulo de “capital de representação” ou “capital político” no campo, ele detém portanto um conhecimento acumulado do jogo, acrescentando o papel de talhar um *habitus* específico ao *habitus* do pescador, que lhe insira na luta do campo ambiental. Esse aprendizado seria importante para a aquisição de conhecimento do jogo (capital político) em concomitância a um processo de constituição da *illusio* e de uma identidade de atingido:

Enfim, eu acho que isso provoca uma renovação da militância, novos quadros políticos, entendeu? Que não tem os vícios que a maior parte das ONG têm, que as Colônias têm...e é na verdade esse grupo assim que tem feito essa luta, né...nós já fizemos várias manifestações, já trouxemos aqui os pescadores para a frente da Justiça Federal por causa da questão da Ingá, aquele ato do BNDES...então é um processo de cidadania, porque, por exemplo, o pessoal da Ilha da Madeira nunca tinha participado de uma manifestação. As duas primeiras nós fizemos lá, levamos a imprensa, fizemos as faixas, até me ligavam perguntando o que deveriam escrever no cartaz...E eles fizeram, gostaram, principalmente as mulheres, muito interessante. Na luta da Ingá, do pessoal da Ilha da Madeira, as mulheres até vieram assim falar para mim, numa reunião – no começo tinha uma meia dúzia meio escondida, depois tinha um monte –: “eles não querem limpar, mas a questão é que nós estamos passando fome”. Aí eu falei para elas escreverem isso que elas estavam sentindo, aí eles escreveram lá os cartazes falando que poluição química era a morte, fome, que eles não conseguiam trabalhar...enfim, relacionando o problema econômico deles, de empobrecimento, com a questão da poluição química, o que é verdade, né...Depois nós viemos aqui pro Fórum [do Centro, Justiça Federal] – tinha gente que nunca tinha ido ao Rio de Janeiro, veio a primeira vez aqui para a Sétima Vara Federal para ser incluído dentro do processo da Ingá. Outro exemplo, a inspeção do IBAMA – quem ia escrever o ofício? Eu não ia escrever, eu tenho um monte de coisa para fazer – e o [Pescador Y] tem acesso a internet, então falei para ele escrever a base... - afinal eu não ia ficar ali de babá deles - eles têm que aprender. Escrever uma carta para um procurador, um juiz, é um poder muito grande. Aí eles fez tudo lá, apresentou os problemas e tal, e o que é que eu fiz? Acrescentei um pouco da legislação, que hoje eles já dominam, e foram à luta. Outro exemplo: EIA/RIMA – quando eles ouviram a gente falar de EIA/RIMA eles achavam que era um bicho de 7 cabeças. Eles hoje sabem o que é um estudo de impacto ambiental, eles sabem a questão do procedimento das audiências públicas...e é esse processo de aprendizagem que eu tenho visto que vem ocorrendo ali. (Ambientalista)

O interesse do ambientalista nessa relação é o de aumentar o volume de capital político, uma vez que a causa dos pescadores apresenta concretamente as idéias que o ambientalismo da justiça ambiental pronuncia na teoria.

Além da aliança com os ambientalistas, os pescadores se uniram com advogados interessados em defender a causa dos pescadores. No entanto, a diferença deste tipo de aliança em relação aos ambientalistas são os interesses, que perpassam pela lógica de mercado, visto que os

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

benefícios financeiros gerados por ações indenizatórias geram lucros aos advogados que apóiam a causa. Apesar da relação mercadológica firmada, esse tipo de aliança gera aos pescadores atingidos benefícios para muito além de capital econômico, pois além de ganhar visibilidade na esfera pública, levam a vantagem na obtenção de poder simbólico. O capital cultural do advogado legitima a causa dos pescadores no senso comum, dado que são dotados de uma linguagem produtora de verdades no senso comum.

A estratégia do uso de um canal que traduza sua linguagem para a dominante tem sido eficaz no ganho de visibilidade e de apoio de outras camadas da sociedade, que começam a questionar se o empreendimento da CSA realmente vale a pena, o que legitima um aumento de volume de poder simbólico aos atingidos em detrimento do poder da CSA.

Já a aliança com entidades de pesca, tais como a FAPESCA, federação que representa pescadores artesanais de todo o Estado do Rio de Janeiro e não apenas os pescadores atingidos da Baía de Sepetiba, fortalece o capital social e político e, como consequência, aumenta o volume do pequeno capital econômico que detêm, mas que faz toda a diferença ao investirem em ações concretas que questionem o empreendimento da CSA.

Os recursos econômicos são alocados no investimento de contraprovas para deslegitimar os dados científicos trabalhados pela CSA - contestando a validade de laudos que negam contaminação e poluição – pois com a união das entidades na luta é possível pagar por análises feitas por laboratórios particulares. Mais uma vez é necessário entrar no mercado da cultura legitimada, desta vez, a dos “especialistas” para contestar as verdades.

Além disso, sabendo-se, pela teoria bourdiana, que o poder simbólico é adquirido pela produção e disseminação das idéias que se farão legítimas no senso comum, a aliança com as associações e federações de pesca coopera para elevar em números absolutos os adeptos a causa e, por sua vez, há um aumento do volume de capital social do grupo, elevando as chances de repercussão do conflito na sociedade:

...Quando a gente viu essa impossibilidade de atuar sozinho, porque sozinho a gente não ia a lugar nenhum, entidade por entidade e, como todas são filiadas da Federação e eu sou o delegado da FAPESCA na Costa Verde, além de diretor da AAV e diretor da ABIT, hoje são 89 entidades filiadas a essa federação. Tem força política. Aí eu pensei junto com o André e o Luis Carlos lá da APESCARI: “André, precisamos tomar uma providência para dar nome, porque não dá pra caminhar cada um por si, nesse momento a FAPESCA tem que assumir a liderança, encabeçar isso, até mesmo para comparecer um grupo”. A partir do momento em que entidades filiadas a federação tomam uma posição única de se unir para combater, a federação

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

tem que apoiar. Ela não tem alternativa de ir negociar com a CSA, ela tem sim que encabeçar, ser a ponta da lança nesse processo. (Pescador Y)

A união com a FAPESCA tem sido acompanhada igualmente da fundação de novas entidades de pesca na própria região da baía de Sepetiba, pois os pescadores atingidos, a partir da percepção de que as colônias - onde comportam o grande contingente de pescadores - vinham sendo cooptadas pela CSA e, com isso, abstendo-se da luta política ao aceitar privilégios concedidos pela empresa.

O pescador Z confirma que a tensão entre os pescadores que estão na luta contra a CSA e as colônias tem sido motivo para fundação de novas entidades, com o intuito de reforçar o quadro social de associações cuja identidade seja a de “atingida” e não de “privilegiada”, ganhando novamente força política: *“Eles tinham uma associação fundada lá já fazia um tempão, só que ela tava inativa, parou, ficou tudo guardado, por causa daquela colônia Z-14, que deu aquela confusão, aquela tensão toda lá, aí botaram a associação para funcionar de novo.”*

### **Perspectivas sobre um conflito insuperado**

Os conflitos estão inseridos no interior de um campo ambiental onde os poderes desiguais tendem a excluir aqueles grupos sociais com menor poder de fazer valer suas percepções e interesses no campo. Neste paper, para o processo de implantação do empreendimento da CSA foram contempladas as análises dessas assimetrias bem como algumas estratégias de enfrentamento utilizadas pelos atores sociais atingidos para a reversão de sua situação de atingido por meio do investimento em ganhos de poder simbólico no campo. Em suma, os momentos de ganho de poder simbólico descritos foram marcados por situações específicas como:

- A aliança com detentores de volumes específicos de poder legal e político como, autoridades técnicas e jurídicas, tais como advogados e ambientalistas;

- Investimento em capital social e político com a aliança com entidades da classe dos pescadores com maior poder de adesão ao movimento, dando maior visibilidade e grandeza a luta política de enfrentamento.

Entretanto, ressalta-se que este trabalho não contribuiu para especificar algumas estratégias adotadas pelos atingidos frente ao espaço público, fundamental para a aquisição de visibilidade na sociedade e de legitimação dos problemas observados e sentidos. Estes são assim resumidamente

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

pontuados, cabendo uma análise mais aprofundada dos papéis desses atores em certas instâncias do espaço público, tais como:

- A mídia - a busca pela mídia tem aberto o espaço para que sejam expostos os problemas, cabendo a sociedade avaliar o grau de importância que dada ao assunto;

- O Estado – o uso de instrumentos de institucionalização do conflito na esfera do Estado, principalmente na reivindicação por direitos sociais legais. Esta institucionalização tem mostrado em alguns dados o favorecimento a luta dos atingidos a medida que o poder público é pressionado a exercer seu papel de fiscalização e controle do empreendimento e também quando o GATE exerce o papel de grupo dotado de capital específico do campo, com capital cultural de “especialistas” que podem produzir novas verdades no campo, deslegitimando aquelas certezas científicas impostas pelo empreendimento.

- A apropriação combinada dessas diferentes forças pelos pescadores tem mostrado a indução de um processo sinérgico de empoderamento do grupo. Um exemplo concreto disso foi quando a aliança com o Ministério Público – este dotado de autoridade e de capital cultural - encadeou em ações de fiscalização operacionalizadas pelo omissor órgão ambiental que deram legitimidade ao que parecia como mera impressão dos pescadores e, com isso a própria mídia veiculou o caso como relevante na pauta de notícias, gerando um movimento de deslegitimação das ações do empreendimento, o que culminou posteriormente em notícias de viés mais crítico a CSA, em colunas do jornal de autoridades e abriu espaço para a fala dos pescadores e dos grupos que os representam.

Assim, tais análises evidenciam-se como importantes, pois a sinergia entre os poderes que favorecem ao movimento dos atingidos gera uma força de usurpação dos poderes simbólicos do empreendimento, dando possibilidades reais de virar o jogo do conflito a favor dos atingidos, que, como consequência, acabam por confiar cada vez mais no investimento dos seus capitais para ascenderem no campo.

Além disso, vale lembrar que a própria assimetria que define a condição do campo é estruturalmente determinante para a emergência dos conflitos, pois favorece a sua condição de produtora de culturas distintas, polarizando as formas de ver e agir no território os grupos sociais atingidos e os grandes empreendimentos. Tal situação de classe encontrada no campo tem aberto lacunas para o questionamento da validade da doxa do campo, criando um movimento de apropriação de novas de categorias e a reapropriação daquelas já existentes, tornando-o sujeito a

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

uma constante instabilidade enquanto os grupos situados mais embaixo da escala social se perceberem ameaçados de se reproduzir.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o movimento se saiu favorecido quando a luta se baseou em categorias relacionadas a “justiça” e a “meio ambiente”, pois o fato do grupo social se identificar e agir como um “atingido” implica num movimento de reversão de uma situação de injustiça social. Além disso, a identidade do pescador artesanal, atrelada a dependência direta dos ciclos naturais legitimam a necessidade de manutenção de um ambiente natural sadio independentemente de qualquer ordem legal que conclame por isso.

Desta forma, este trabalho encontra-se de acordo as afirmações de Acselrad (2004) ao refletir que a força simbólica do movimento de justiça ambiental decorre de sua capacidade de:

- a) estender a matriz dos direitos civis ao campo do meio ambiente, fundando a noção de “justiça ambiental” como alternativa à oposição Homem – Natureza;
- b) politizar, nacionalizar e unificar uma multiplicidade de embates localizados;
- c) elaborar apropriadamente uma “classificação” dos grupos sociais compatível com a posição diferencial dos indivíduos no espaço social.

Pode-se concluir que o trabalho teve o intuito de contribuir para a evidenciar a importância dos conflitos ambientais na democratização dos processos decisórios que culminam na transformação da realidade, procurando mostrar a relevância de se tratar os problemas e demandas dos grupos sociais em uma esfera tangível, em que a participação da sociedade não se restrinja a ação individualizada e descolada do espaço territorial, onde as ações coletivas podem efetivamente se concretizar.

Considerando-se a temática abordada como inesgotável, dado que a dinâmica do campo e o movimento de apropriação da doxa é constante, esta pesquisa deixa um espaço para a análise das implicações posteriores de um conflito ainda não superado.

### **Bibliografia**

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

LASCHEFSKI, Klemens. O Comércio de Carbono e a Industrialização de Paisagens Alternativas Energéticas e Conflitos Socioambientais. Brasília: Anais do III Encontro Nacional da ANPPAS, 2006.

LEITE LOPES, J. S. (Org.) . A ambientalização dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

FREITAS, C.M.; PORTO, M.F. Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. Coleção Temas em Saúde.

MARTINEZ-ALIER, Joan. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2002.

TOLENTINO, J & SOARES, J.L. Companhia Mercantil e Industrial Ingá: “A bomba de Itaguaí”. In: ACSELRAD, Henri. Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.